

TRANSLOCAL

Culturas Contemporâneas Locais e Urbanas

3 # ESPAÇOS PERFORMATIVOS
abr. /set. 2018

Coord. Ana Salgueiro

Data limite para envio de propostas: 15.09.2018

translocal.revista@mail.uma.pt



CONVITE À PUBLICAÇÃO

<http://translocal.cm-funchal.pt/>

A 11 de março de 1888, dez dias antes de um violento e mediático incêndio destruir, no Porto, o conceituado Theatro Baquet, a cidade do Funchal assistia à inauguração oficial do seu Teatro Municipal, com a apresentação da zarzuela "Las dos princesas", executada pela Grande Companhia de Zarzuela do empresário espanhol D. Jose Zamorano y Villar, até há pouco tempo em função em vários palcos das ilhas Canárias. O então designado Theatro D. Maria Pia constituía, então, um equipamento cultural que, entre outras valias, vinha reabilitar uma área urbana local em transformação, no passado inserida na cerca do extinto Convento de São Francisco e onde, até ao lançamento da primeira pedra do novo edifício, a 24 de outubro de 1883, estivera instalado o degradado Mercado de São João.

A comunidade local (portuguesa e estrangeira) via, assim, a concretização de um *melhoramento* há muito desejado e reclamado por vários setores da sociedade funchalense, quer junto da edilidade, quer junto dos órgãos de poder insular, quer até junto da coroa: "dotar este município com um teatro em condições de satisfazer ás [sic] necessidades da instrução e desenvolvimento intelectual do povo" (*apud* SANTOS, 1994: 24). Reclamação que se tornara mais insistente desde que, em 1833, o Teatro Grande (sala de espetáculos privada e uma dos maiores do país) fora desmantelado por decisão do último capitão-general da Madeira, D. Álvaro da Costa Sousa Macedo, opositor anti-liberal, que assim deliberou "com o pretexto de conveniencias de fortificação" da cidade, mas, na verdade, com o propósito político de travar a dinamização político-cultural dos apoiantes de D. Maria II naquele teatro funchalense (*apud* SANTOS, 1994: 8).

Várias foram as iniciativas e propostas individuais, coletivas e institucionais que, ao longo de várias décadas, tentaram prover o Funchal (então a terceira cidade do reino, que descobria no turismo um importante potencial económico) de uma sala de espetáculos com condições de segurança e de dignidade, para os locais, mas sobretudo para as “altas Personagens e distintos estrangeiros” que regularmente passavam ou visitavam a ilha (*apud* SANTOS, 1994: 7-8). O atribulado processo negocial, não alheio às vicissitudes políticas, económicas e culturais da ilha, do reino e internacionais, só viria a consubstanciar-se oficialmente na década de 1880, quando a Câmara Municipal (fortemente pressionada pela Companhia Edificadora do Theatro Funchalense, constituída, em fevereiro de 1880, por 109 homens e 1 mulher de diversas nacionalidades e grupos sociais) delibera a efetiva construção desse equipamento cultural. A edificação do teatro, com projeto atribuído ao arquiteto português Tomás Augusto Soller, exigiu, no entanto, onerosas despesas, em grande parte suportadas por um avultado empréstimo “por via d’ações e mediante subscrição publica” aberta a todos os apoiantes do projeto (*apud* SANTOS, 1994: 24).

Com uma longevidade assinalável e com uma programação muito heterogénea e variável (que nunca se esgotou no teatro, cobrindo muitas outras áreas das 'artes do espetáculo', desde a música, ao cinema, à dança, ao ilusionismo e à magia ou a outras manifestações artísticas híbridas como a revista ou o 'music hall'; e estendendo-se a outras atividades culturais e políticas igualmente variadas - exposições de artes visuais, de etnografia e de produtos locais, encontros de divulgação académica e cultural, formação artística, atividade editorial, reuniões sindicais e comícios políticos, etc.), o Teatro Municipal do Funchal foi sendo moldado pelas mutações históricas de valores, de políticas e de práticas culturais, ao mesmo tempo que, enquanto equipamento cultural de destaque na cidade, foi também legitimando e/ou subvertendo esses valores, políticas e práticas. Deste modo, o (hoje) designado Teatro Municipal de Baltazar Dias constituiu (e constitui ainda) um importante espaço performativo, com um peso inquestionável na planificação da cultura local e regional, onde fenómenos e dinâmicas translocais assumiram evidente relevância.

Exemplo flagrante dessa mutação adaptativa à usura do tempo e ao *novo* gerado localmente, a partir do diálogo/conflito estabelecido com a estranheza de outros lugares, em trânsito também pela/na ilha, é a mudança de nome deste teatro. Pensado, inicialmente como 'Theatro Funchalense', à data da sua inauguração era já apelidado de 'Theatro D. Maria Pia, em homenagem à consorte italiana do rei D. Luiz I, D. Maria Pia de Sabóia. Na sequência da implantação da República, oscilaria entre a designação "Theatro Manuel de Arriaga" (por reverência ao primeiro deputado republicano eleito pelo círculo da Madeira em 1882, açoriano que, em 1911, viria a ser o primeiro Presidente eleito da República Portuguesa) e a recuperação do nome inicial, 'Theatro Funchalense', pela recusa de Manuel de Arriaga em aceitar o protagonismo que a atribuição do seu nome ao teatro municipal lhe conferia. E em 1942, já em pleno Estado Novo, o 'Teatro Municipal' (nome não-oficial por que foi também

reconhecido comumente na cidade, ao longo do século XX) passaria a assumir o nome "Teatro de Baltazar Dias", desta vez em homenagem ao dramaturgo e poeta popular do século XVI (nascido na Madeira, mas cuja obra foi concebida e disseminada quer no reino, quer em muitas outras paragens lusófonas não-europeias), numa decisão camarária fundada no parecer de intelectuais de referência local na época, mas que não foi alheia ao ideário e aos valores nacionalistas e conservadores do Estado Novo, então dominantes junto dos órgãos de poder nacional e insular.

Assim, no ano em que a Divisão de Cultura da CMF assinala, através de várias iniciativas culturais, os 130 anos da fundação do seu teatro municipal, a revista TRANSLOCAL associa-se a essas outras iniciativas, com a publicação do seu n.º 3 (mar./set.2018), dedicado ao tema "Espaços Performativos".

Em alinhamento com a missão e com o perfil crítico, atualizador, interdisciplinar e translocal que definem a revista, o n.º3 | Espaços Performativos (já aberto [online](#)), pretende, no entanto, ultrapassar o mero registo comemorativista, procurando antes contribuir para a construção e divulgação de conhecimento crítico e atualizado sobre o Teatro Municipal do Funchal, assim como sobre outros equipamentos culturais congéneres (do Funchal e de outras cidades e localidades) e sobre novos conceitos e práticas performativos que, nas sociedades contemporâneas, têm vindo a conviver com conceitos e práticas artísticas mais convencionais, entre as quais aquelas que a História legitimou como Artes Performativas.

Assim sendo, até 15.09.2018, a coordenação deste n.º 3 da revista TRANSLOCAL acolhe com interesse propostas para publicação que possam contribuir para a discussão do seu tema de capa e para o conhecimento reflexivo em torno das questões que ele levanta e que acima referimos.

Aceitam-se, em particular, propostas para publicação em 3 das secções da revista:

- » Ensaios (escritos, visuais ou performativos);
- » Artigos;
- » Notas de leitura e de experiências performativas (aqui, sob a forma de resenhas críticas ou sugestões de leitura ou espetáculos)

As propostas deverão ser enviadas, em formato word e de acordo com as [normas de edição da revista](#), para o e-mail: translocal.revista@mail.uma.pt.

+ info: <http://translocal.cm-funchal.pt/2018/03/29/revista01-3-2/>